

**AS ALTERAÇÕES NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO EM RELAÇÃO À LEI  
ORÇAMENTÁRIA ANUAL POR MEIO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS: UM ESTUDO DE  
CASO EM ÂMBITO MUNICIPAL**

ELIANE TEIXEIRA<sup>1</sup>, JOÃO PAULO DE BRITO NASCIMENTO<sup>2</sup>, JOSÉ AMAURI RAMALHO<sup>3</sup>,  
VIVIANE NEVES DOS SANTOS<sup>4</sup>, LUCIANO DE BARROS<sup>5</sup>

O orçamento público no Brasil é um documento aprovado por lei, que faz a alocação de recursos públicos, estima as receitas e fixa as despesas, projetando a atividade financeira do governo federal, estadual ou municipal. Assim, o orçamento é uma ação planejada do governo, visando à manutenção das atividades e da execução de seus projetos. Com o orçamento-programa, o orçamento deixou de ser meramente um documento de previsão de receitas e autorização de despesas, passando a ser um documento legal que contém programas e ações vinculadas a um processo de planejamento público, com objetivos e metas a se realizar durante determinado exercício. Mas como qualquer plano de ação administrativo, é possível que durante a execução do orçamento, ocorram alterações econômico-financeira imprevista, causando a necessidade de retificá-lo no decorrer de sua execução. Essa retificação é feita através dos créditos adicionais. Apesar da necessidade de correção, é preciso observar que tipos de despesas estão sendo executados com os créditos adicionais. Caso a abertura de créditos adicionais ocorra de forma inadequada, pode levar a alteração das prioridades e metas estabelecidas, desfigurando o orçamento inicial que deixa de ser um instrumento de planejamento, se tornando apenas uma rotina formal da administração pública. Nesse contexto, esse estudo tem como objetivo identificar as alterações geradas pela abertura de créditos adicionais suplementares durante a execução orçamentária em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), em um município de médio porte, situado na região do Campo das Vertentes, do Estado de Minas Gerais, referente ao exercício de 2009. Dessa forma, a presente pesquisa se caracteriza como Estudo de Caso. Os dados foram coletados por meio da Escrituração Contábil do município, objeto da pesquisa, no *site* da Associação dos Municípios do Campo das Vertentes (AMVER). Observou-se que, devido à mudança do poder executivo do município estudado, houve uma alteração na estrutura organizacional do mesmo, com a criação de novas unidades orçamentárias, o que gerou alteração das despesas correntes, sendo que a receita permaneceria a mesma. Em virtude disso, para equilibrar as contas públicas desse município, 92,9% dos créditos adicionais suplementares abertos tiveram a finalidade de reestruturar a LOA, mas respeitando o limite de alteração aprovado nesta Lei, que era de 70%. Do restante dos créditos adicionais suplementares abertos 6,28% foram por excesso de arrecadação e apenas 0,83% por superávit financeiro.

**Palavras-chaves:** Orçamento Público; Responsabilidade Fiscal; Planejamento Público; Créditos Adicionais.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis, UNIPAC-SJDR, elianetei@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestrando em Administração, PPGA/UFLA, Professor, IPTAN/FUPAC, joaopaulo\_de\_brito@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professor da Faculdade Presidente Antônio Carlos de São João Del Rei, UNIPAC-SJDR, amaurira@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Graduanda em Ciências Contábeis, UNIPAC-SJDR, vivineves6027@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduando em Ciências Contábeis, UNIPAC-SJDR, lucianobarros061@hotmail.com